

## ANEXO I

**Programa da prova de conhecimentos gerais para ingresso na carreira do grupo de pessoal técnico superior**

- 1 — Direitos e deveres da função pública e deontologia profissional:
  - 1.1 — Regime de férias, faltas e licenças;
  - 1.2 — Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública;
  - 1.3 — Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública;
  - 1.4 — Deontologia do serviço público.
- 2 — Atribuições e competências próprias do serviço para o qual é aberto concurso.

## ANEXO II

**Programa da prova de conhecimentos específicos para ingresso na carreira do grupo de pessoal técnico superior**

- 1 — Direito administrativo — do procedimento administrativo:

- a) Princípios gerais;
- b) Órgãos administrativos;
- c) Procedimento administrativo:

Direito à informação;  
Notificações e prazos;

- d) Regulamento administrativo;
- e) Acto administrativo;
- f) Contrato administrativo.

- 2 — Direito da função pública:

- a) Regime geral de estruturação de carreiras da Administração Pública;
- b) Regime geral de recrutamento e selecção de pessoal;
- c) Regime de realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços;
- d) Regime jurídico de empreitadas de obras públicas;
- e) Regime de constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na Administração Pública;
- f) Regime jurídico dos estudos universitários:

Lei do financiamento do ensino superior;  
Lei de bases do sistema educativo;  
Lei de autonomia universitária;  
Quadro jurídico da atribuição dos graus de mestre e de doutor;  
Equivalências e reconhecimento de habilitações estrangeiras e nacionais de nível superior às correspondentes habilitações portuguesas;  
Regimes geral e especial de acesso.

## ANEXO III

**Legislação aconselhada**

- A) Constituição da República Portuguesa.
- B) Regime jurídico da função pública:

Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto — Código do Trabalho;  
Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho — regulamenta o Código do Trabalho;  
Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 70-A/2000, de 5 de Maio, e 157/2001, de 11 de Maio;  
Regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da Administração Pública;  
Deontologia do serviço público;  
Lei n.º 4/84, de 5 de Abril, na redacção dada pelas Leis n.ºs 17/95, de 9 de Junho, 102/97, de 13 de Setembro, 18/98, de 28 de Abril, 118/95, de 11 de Agosto, e 142/99, de 31 de Agosto, republicada pelo Decreto-Lei n.º 70/2000, de 4 de Maio, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 230/2000, de 23 de Setembro — protecção da maternidade e da paternidade;  
Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro — Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública;  
Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho — regula o concurso como forma de recrutamento e selecção de pessoal para os quadros da Administração Pública;  
Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 3 de Outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 393/90, de 11 de Dezembro, 204/91, de 7 de Junho, e 420/91, de 29 de Outubro, e Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro,

alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho — estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública;  
Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as rectificações introduzidas pela Declaração de Rectificação n.º 22/M/92, de 29 de Fevereiro, e alterado, com republicação, pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro — Código do Procedimento Administrativo;  
Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 265/88, de 28 de Julho, 317/88, de 25 de Setembro, 2/93, de 8 de Janeiro, 275/95, de 25 de Outubro, 404-A/98, de 18 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e 141/2001, de 24 de Abril — regime geral de estruturação das carreiras da função pública;  
Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 3 de Outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 393/90, de 11 de Dezembro, 204/91, de 7 de Junho, e 420/91, de 29 de Outubro, e Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho — estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública;  
Decreto-Lei n.º 427/89, 7 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, Lei n.º 19/92, de 13 de Agosto, Decretos-Leis n.ºs 175/95, de 21 de Julho, e 218/98, de 17 de Julho — constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na Administração Pública.

- C) A contabilidade pública:

Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro — Lei de Bases da Contabilidade Pública;  
Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 113/95, de 25 de Maio — regime de administração financeira do Estado;  
Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho — regula a realização de despesas com obras e aquisição de bens e serviços para os organismos do Estado;  
Decreto-Lei n.º 199/91, de 5 de Junho;  
Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Novembro — Plano Oficial de Contabilidade Pública;  
Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro — Plano de Contabilidade Pública para o Sector da Educação;  
Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril — CIBE — cadastro e inventário dos bens do Estado;  
Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto — estabelece as bases de financiamento do ensino público;  
Resolução do Tribunal Contas n.º 1/93, de 21 de Março — instrução e requisitos na organização e documentação da conta;  
Instrução n.º 1/2004, 2.ª Secção, Tribunal de Contas, de 14 de Fevereiro;  
Decreto-Lei 26/2002, de 14 de Fevereiro — novo classificador de receita e despesa públicas;  
Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto — lei do enquadramento orçamental, na nova redacção dada pela Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28 de Agosto (primeira alteração), segunda alteração através da Lei n.º 23/2003, de 2 de Julho, e terceira alteração através da Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto (republica a lei de enquadramento orçamental), e Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro.

- D) Estrutura orgânica e funcional da Universidade de Lisboa e Faculdade de Farmácia:

Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro — lei de autonomia das universidades;  
Despacho Normativo n.º 144/92, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 189, de 18 de Agosto de 1992 — Estatutos da Universidade de Lisboa;  
Despacho reitoral de 30 de Julho de 1990, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 211, de 12 de Setembro de 1990 — Estatutos da Faculdade de Farmácia, alterados pelo despacho n.º 21 146/2003, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 254, de 3 de Novembro de 2003;  
Decreto-Lei n.º 252/97, de 26 de Setembro — autonomia financeira e administrativa.

**Faculdade de Letras**

**Despacho n.º 21 625/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do conselho científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa de 23 de Setembro de 2005, são nomeados os professores a seguir mencionados para fazerem parte do júri de reconhecimento de habilitações a nível de mestrado, apresentado pelo licenciado Paulo Jorge Alves Vaz:

Presidente — Doutor Alberto Duarte Carvalho, professor associado com agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Vogais:

Doutora Maria da Graça de Matos F. Gomes de Abreu, professora auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Doutora Ana Maria Mão-de-Ferro Martinho, professora auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

28 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Científico, *Fernanda Gil Costa*.

## UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

### Faculdade de Ciências e Tecnologia

**Aviso n.º 8967/2005 (2.ª série).** — Por despacho reitoral de 1 de Setembro de 2005, proferido por delegação de competências:

Doutor António Manuel Dias de Sá Nunes dos Santos, professor catedrático e director da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 29 de Agosto a 4 de Setembro de 2005.

Por meus despachos, proferidos por delegação de competências, foi concedida equiparação a bolseiro fora do País aos docentes da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa abaixo indicados:

De 12 de Setembro de 2005:

Doutor Manuel Américo de Jesus Gonçalves da Silva, professor catedrático — no período de 10 a 25 de Outubro de 2005.

Doutora Maria Rosa Santos de Paiva, professora catedrática — nos períodos de 5 a 9 de Outubro, de 28 de Outubro a 1 de Novembro e de 18 a 20 de Dezembro de 2005.

Doutor Christopher Damien Aurette, professor auxiliar — no período de 14 a 22 de Setembro de 2005.

Doutor João Paulo da Costa Noronha, professor auxiliar — no período de 11 a 14 de Setembro de 2005.

Doutor Pedro Jorge Macedo de Abreu, professor auxiliar — no período de 1 a 5 de Novembro de 2005.

De 19 de Setembro de 2005:

Doutora Isabel Maria Spencer Vieira Martins, professora catedrática — nos períodos de 5 a 7 e de 9 a 15 de Outubro de 2005.

Doutora Maria Paula Baptista da Costa Antunes, professora associada — no período de 18 a 21 de Setembro de 2005.

Doutora Alexandra de Jesus Branco Ribeiro, professora auxiliar — no período de 28 de Setembro a 2 de Outubro de 2005.

Mestre Cláudio António Rainha Aires Fernandes, assistente — no período de 8 de Setembro a 12 de Dezembro de 2005.

21 de Setembro de 2005. — O Director, *A. M. Nunes dos Santos*.

### Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação

**Despacho n.º 21 626/2005 (2.ª série).** — Por despacho do reitor da Universidade Nova de Lisboa de 24 de Agosto de 2005:

Doutor Fernando José Ferreira Lucas Bação — autorizado o contrato administrativo de provimento na categoria de professor auxiliar provisório do Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa, com efeitos a 1 de Junho de 2005, data a partir da qual se considera exonerado das anteriores funções como assistente. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

23 de Setembro de 2005. — O Director, *Marco Octávio Trindade Painho*.

## UNIVERSIDADE DO PORTO

### Faculdade de Economia

**Despacho n.º 21 627/2005 (2.ª série).** — Por despachos do director da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, no exercício

de delegação de competências concedida pelo reitor da Universidade do Porto:

De 12 de Setembro de 2005:

Prof. Doutor Argentino Conceição da Silva Pessoa, professor auxiliar desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro no País no período de 15 a 18 de Setembro de 2005.

De 23 de Setembro de 2005:

Prof. Doutor Pedro Nuno de Freitas Lopes Teixeira, professor auxiliar desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 28 de Setembro a 3 de Outubro de 2005.

Prof.ª Doutora Maria Paula de Pinho de Brito Duarte Silva, professora associada desta Faculdade concedida equiparação a bolseiro no País no período de 27 de Setembro a 1 de Outubro de 2005.

Prof.ª Doutora Maria Paula de Pinho de Brito Duarte Silva, professora associada desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 27 de Outubro a 2 de Novembro de 2005.

Prof.ª Doutora Maria Margarida Fernandes Ruivo, professora auxiliar desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 22 a 27 de Setembro de 2005.

Prof.ª Doutora Ana Paula Ferreira Ribeiro, professora auxiliar desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 22 a 27 de Setembro de 2005.

Mestre Patrícia Andrea Bastos Teixeira Lopes Couto Viana, assistente desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 28 a 30 de Setembro de 2005.

De 26 de Setembro de 2005:

Prof. Doutor Alípio Mário Guedes Jorge, professor auxiliar desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro no País no período de 3 a 7 de Outubro de 2005.

Prof.ª Doutora Maria Paula Vicente Sarmento, professora auxiliar desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 29 de Setembro a 1 de Outubro de 2005.

Prof.ª Doutora Alexandra Patrícia Horta Ramos, professora auxiliar desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro no País no período de 28 de Setembro a 1 de Outubro de 2005.

Prof.ª Doutora Ana Paula de Sousa Freitas Madureira Serra, professora auxiliar desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro no País no dia 27 de Setembro de 2005.

29 de Setembro de 2005. — A Chefe de Secção, *Eugénia Melo*.

**Despacho n.º 21 628/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 28 de Setembro de 2005 do director da Faculdade de Economia do Porto, no exercício de delegação de competências concedida pelo reitor da Universidade do Porto:

Prof. Doutor Pedro Cosme da Costa Vieira, professor auxiliar desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 29 de Setembro a 1 de Outubro de 2005.

Prof. Doutor Francisco António Fernandes Barros Castro, professor auxiliar desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 20 a 22 de Outubro de 2005.

Prof.ª Doutora Ana Paula Africano de Sousa e Silva, professora auxiliar desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 20 a 22 de Outubro de 2005.

30 de Setembro de 2005. — A Chefe de Secção, *Eugénia Melo*.

## UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

**Edital n.º 856/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 26 de Setembro de 2005 do vice-reitor da Universidade Técnica de Lisboa, Prof. Doutor António Romão, proferido por delegação, é constituído, de acordo com o estabelecido no artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, o júri do concurso documental, aberto pelo edital n.º 386/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 28 de Fevereiro de 2005, para provimento de três lugares de professor associado, grupo II — Gestão, do Instituto Superior de Economia e Gestão desta Universidade, nos seguintes termos:

Presidente — Reitor da Universidade Técnica de Lisboa.  
Vogais:

Doutor Mário Lino Barata Raposo, professor catedrático da Universidade da Beira Interior.

Doutor João Álvaro Soares Brandão de Carvalho, professor catedrático da Escola de Engenharia da Universidade do Minho.